



**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO**  
**Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior - CGAEM**



TC Inf David da Silva Mezavila

**A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional**

**Salvador**  
**2020**

**TC Inf David da Silva Mezavila**

**A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Formação Complementar do Exército / Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG como requisito parcial para a obtenção do Grau Especialização de Gestão em Administração Pública.

**Orientador: Prof. Me. Renato Rezende Neto**

**Salvador  
2020**

**TC Inf DAVID DA SILVA MEZAVILA**

**A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Formação Complementar do Exército / Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG como requisito parcial para a obtenção do Grau Especialização de Gestão em Administração Pública.

Aprovado em

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

---

Prof. Dr Guaracy Silva - Presidente  
UNIS

---

Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Junior – Membro 1  
UNIS

---

Prof. Me. Alan Sales da Fonseca – Membro 2  
UNIS

# A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional

David da Silva Mezavila<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa a fronteira oeste do Brasil, destacando a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional. Tal abordagem se justifica em razão da grande extensão da fronteira brasileira, além da baixa densidade demográfica na região, configurando-se, assim, como um grande desafio para o desenvolvimento econômico e a integração dessa porção do território aos demais centros do país, e ainda a manutenção da soberania nacional, em razão das dificuldades para fiscalização e defesa dessa parte da fronteira brasileira. O objetivo deste trabalho é analisar os principais fatos históricos e os acontecimentos atuais ocorridos no Brasil que marcam a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional, destacando o fortalecimento da fronteira oeste do país. Este propósito será alcançado mediante revisão bibliográfica, buscando-se dados por meio de coleta documental, sobretudo de autores consagrados por obras nacionalmente conhecidas e autores da região, conhecedores *in loco* da história do desenvolvimento da fronteira oeste brasileira. A análise realizada demonstrou que a Força Terrestre esteve presente desde os primeiros contingentes populacionais que ocuparam a região oeste do Brasil, inicialmente em 1748, com a criação da Capitania de Mato Grosso, quando para governá-la foi nomeado Antônio Rolim de Moura Tavares, acompanhado de reduzido efetivo militar da Companhia de Dragões. Ao longo dos anos, outros fatos históricos analisados comprovam a assertiva, tais como a construção, ao longo do século XVIII, de fortificações militares na fronteira com a Bolívia; a permanência na região, após o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, de parte do efetivo militar que combateu naquela contenda; os trabalhos da Comissão Rondon, iniciada em 1900, liderada pelo engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, que colaborou com a integração da região oeste ao restante do país por meio da construção da rede telegráfica; e o recrudescimento da presença do Exército Brasileiro na região, a partir de 1930, em razão das políticas públicas desencadeadas, sobretudo, no governo de Getúlio Vargas e nos Governos Militares, culminando com a implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a partir de 2013.

**Palavras-chave:** Fronteira oeste. Desenvolvimento. Integração. Exército Brasileiro.

## RESUMEN

Este artículo analiza la frontera occidental de Brasil, destacando la participación del Ejército Brasileño en el desarrollo económico y la integración nacional. Tal enfoque se justifica debido a la gran extensión de la frontera brasileña, así como a la baja densidad demográfica en la región, lo que constituye un desafío importante para el desarrollo económico y la integración de esta porción del territorio con los otros centros del país y además el mantenimiento de la soberanía nacional, debido a las dificultades para controlar y defender esta parte de la frontera brasileña. El objetivo de este trabajo es analizar los principales hechos históricos y eventos actuales en Brasil que marcan la participación del Ejército Brasileño en el desarrollo económico y la integración nacional, destacando el fortalecimiento de la frontera occidental del país. Este propósito se logrará después de la revisión de la literatura, buscando datos a través de la recopilación de documentales, especialmente de autores reconocidos por obras conocidas a nivel nacional y autores de la región, conociendo *in loco* la historia del desarrollo de la frontera occidental de Brasil. El análisis mostró que el Ejército Brasileño estuvo presente desde los primeros contingentes de población que ocuparon la región occidental de Brasil, inicialmente en 1748, con la creación de la Capitanía de Mato Grosso, cuando para gobernar fue designado Antonio Rolim de Moura Tavares, acompañado por una fuerza militar reducida de la Compañía Dragón. Con los años, otros hechos históricos analizados prueban la afirmación, como la construcción, durante el siglo XVIII, de fortificaciones militares en la frontera con Bolivia; la permanencia en la región, después del final de la Guerra de Paraguay, en 1870, de parte de la

---

<sup>1</sup> Tenente-coronel de Infantaria da Turma de 1997. Graduado em Ciências Militares, pela Academia Militar das Agulhas Negras, e em História, pela Universidade Estácio de Sá; pós-graduando em Gestão em Administração Pública, pela UNIS.

fuerza militar que luchó en esa disputa; la labor de la Comisión Rondon, iniciada en 1900, dirigida por el ingeniero militar Cândido Mariano da Silva Rondon, quien ayudó a integrar la región occidental con el resto del país mediante la construcción de la red telegráfica; y el crecimiento de la presencia del Ejército Brasileño en la región a partir de 1930, debido a políticas públicas activadas, sobre todo, por el gobierno Getúlio Vargas y los gobiernos militares, que culminaron en la implementación del Sistema Integrado de Monitoreo Fronterizo (SISFRON), desde 2013.

**Palabras clave:** Frontera occidental. Desarrollo. Integración. Ejército Brasileño.

## **A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional**

### **1 INTRODUÇÃO**

A fronteira oeste do Brasil, caracterizada pelos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, limítrofes com a Bolívia e com o Paraguai, foi demarcada ao longo dos anos, fruto da intervenção dos colonizadores portugueses, os quais travaram disputas territoriais com seus vizinhos ibéricos no período colonial, além da expansão para explorações econômicas do território, de ações diplomáticas e das atividades militares, em especial as desenvolvidas pelo Exército Brasileiro na região.

Entretanto, por um longo período da história do Brasil, a região oeste esteve distante dos interesses públicos e privados, não sendo contemplada nos planejamentos de desenvolvimento socioeconômico de sucessivos governos, diferentemente do que ocorria nas regiões litorâneas do país. Nos dias atuais, a região ainda necessita de ações do Estado brasileiro com vistas a propiciar melhor qualidade de vida à população local, desenvolvimento econômico e proteção da fronteira.

Este trabalho analisa a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional: ontem e hoje. Para tanto, busca apresentar respostas para o seguinte problema: como tem sido a participação do Exército Brasileiro, ao longo da história do Brasil, no desenvolvimento econômico e na integração nacional da fronteira oeste do País? e buscará comprovar a hipótese de que as atividades militares, tais como as expedições, as operações e o estabelecimento de Organizações Militares (OM) daquela instituição, desencadeadas ao longo dos anos na fronteira oeste, servem como meio de integração nacional e colaboram com o desenvolvimento econômico daquela região do país.

Tal abordagem se justifica em razão da grande extensão da fronteira oeste do Brasil, além da baixa densidade demográfica na região, configurando-se, assim, como um grande desafio para o desenvolvimento econômico e a integração dessa porção do território aos demais centros do país, e ainda a manutenção da soberania nacional, em razão das dificuldades para fiscalização e defesa dessa parte da fronteira brasileira.

É importante ressaltar também a relevância do trabalho para a área de Segurança Pública e Defesa Nacional, as quais possuem importante impacto para a economia e integração nacional do país. Isto porque, de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês), nossos vizinhos de oeste, Paraguai e Bolívia, estão entre os maiores produtores de entorpecentes do mundo e o Brasil configura-se como grande mercado consumidor e rota de passagem do narcotráfico com destino à Europa e aos Estados Unidos da América.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os principais fatos históricos e os acontecimentos atuais ocorridos no Brasil que marcam a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional, destacando o fortalecimento da fronteira oeste do país.

Este propósito será alcançado mediante revisão bibliográfica, buscando-se dados por meio de coleta documental, sobretudo de autores consagrados por obras nacionalmente conhecidas e autores da região, conhecedores *in loco* da história do desenvolvimento da fronteira oeste brasileira.

## 2 O EXÉRCITO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NA INTEGRAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL

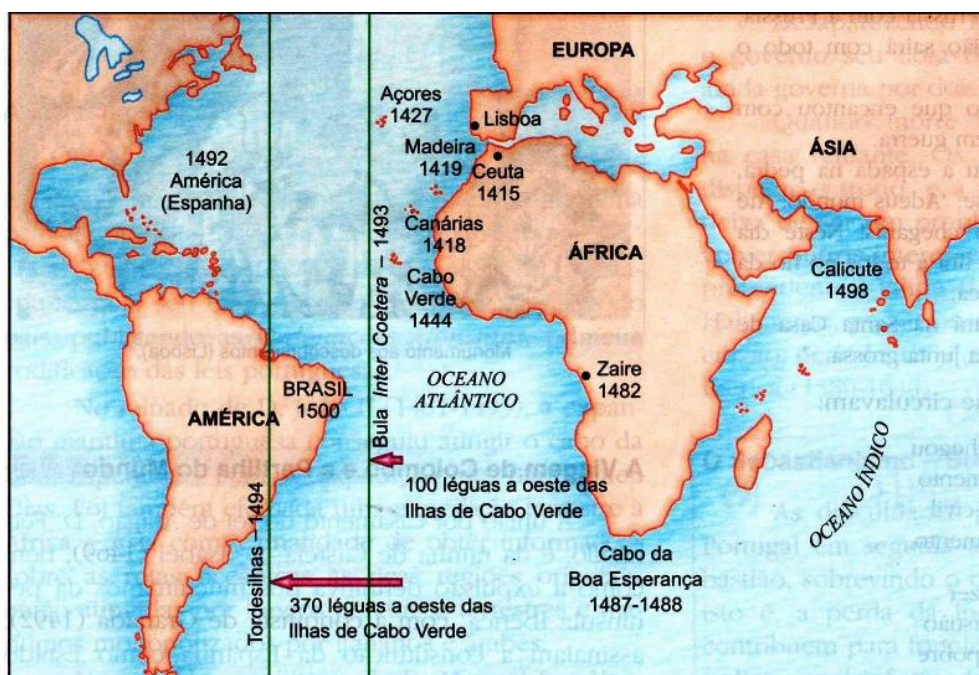
A região oeste do Brasil possui significativa relevância no contexto geopolítico, em razão da sua grande extensão territorial, da sua localização e influência no entorno estratégico, importância para a economia do país, entre outros aspectos, merecendo reflexão atenta sobre os fatos históricos e acontecimentos atuais que envolveram a delimitação do território nacional, a manutenção da sua integridade, os desafios para o desenvolvimento econômico e para a integração nacional, abordando as iniciativas voltadas para essa porção do país, as quais, de acordo com Koshiba e Pereira (2003), se intensificaram a partir da década de 1930.

Assim, será abordado neste trabalho o contexto histórico da região, buscando ambientar o leitor dentro do processo de demarcação da fronteira oeste, iniciado com a chegada de portugueses e espanhóis ao Continente Americano. Nesse sentido e a fim de identificar a participação do Exército Brasileiro nesse processo histórico, serão trazidas à baila as principais ações desencadeadas pela Força Terrestre ao longo dos anos, as quais contribuíram para o desenvolvimento econômico e para a integração da região oeste brasileira.

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO OESTE DO BRASIL

Esclarecem Koshiba e Pereira (2003) que, inicialmente, o colonizador português fixou-se por longo período nas regiões litorâneas da nova colônia na América. Os limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas, a necessidade de escoar a produção extrativista para a Europa, a dificuldade de acesso ao interior do território, as hostilidades de algumas tribos indígenas eram algumas das razões para um posicionamento estratégico no litoral.

Figura 1 – Tratado de Tordesilhas



Fonte: [www.historitura.wordpress.com](http://www.historitura.wordpress.com) (2013)

Arruda e Piletti (2007) lembram que nos primeiros tempos a Coroa portuguesa se limitou a enviar à América expedições para investigar o litoral, coletar especiarias e combater traficantes de outros países.

De forma semelhante, Koshiba e Pereira (2003) destacam que ao final do primeiro século de colonização, os portugueses controlavam uma faixa litorânea que ia de São Vicente, no sul, até o Rio Grande do Norte.

Entretanto, apesar das dificuldades inicialmente encontradas na nova colônia, os portugueses sempre se interessaram em explorar o interior do continente com objetivo de encontrar jazidas de metais preciosos, conforme afirmação de Arruda e Piletti (2007). No século XVII, ainda de acordo com o mesmo autor, essa procura se tornou mais intensa e sistemática.

Serão abordados a seguir os fatos históricos que marcaram a expansão do território brasileiro na direção oeste e a delimitação das fronteiras do país.

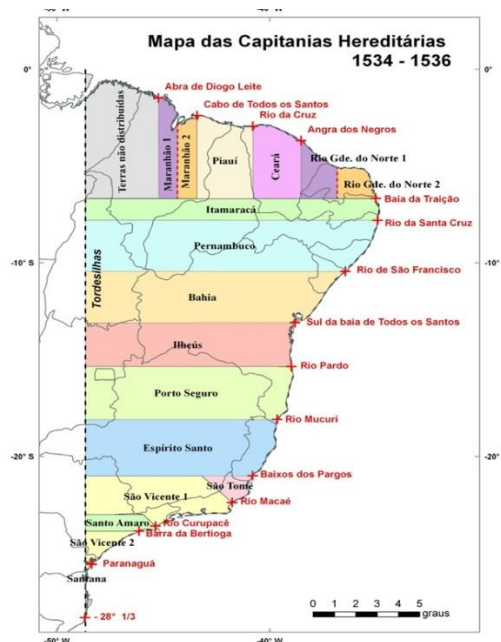
### 2.1.1 Chegada dos portugueses ao Brasil e as primeiras configurações do território nacional

Sob a regulação do Tratado de Tordesilhas, em 1500 os portugueses, liderados por Pedro Álvares Cabral chegam ao Brasil, desembarcando no litoral da Bahia. O início da exploração do território brasileiro se deu pela faixa litorânea do país. Foi naquela faixa de região que a coroa portuguesa colocou em prática a exploração das novas terras, em busca de recursos naturais e implantando a produção agrícola.

Em razão das ações de outros países, como a França, nas terras portuguesas recém “descobertas”, Portugal, em 1534, dá início à fase de povoamento do Brasil, por meio da criação do sistema de capitanias hereditárias, que já havia sido implantado com sucesso pela Coroa Portuguesa nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde. O donatário constituía-se na autoridade máxima dentro da própria capitania, tendo o compromisso de desenvolvê-la com recursos próprios.

De acordo com Koshiba e Pereira (2003, p. 44) “A decisão de povoar o Brasil foi tomada em 1530 pelo rei D. João III, que decidiu enviar uma expedição com esse objetivo.”

Figura 2 – Mapa das Capitanias Hereditárias



Fonte: [www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org) (2018)

Em 1542 os espanhóis passaram a explorar as minas de metais preciosos descobertas na região de Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), despertando na Coroa Portuguesa o interesse em desbravar as terras brasileiras na direção oeste, já que encontrar ouro e prata sempre havia sido um dos objetivos da monarquia e da burguesia de Portugal ao financiar as Grandes Navegações.

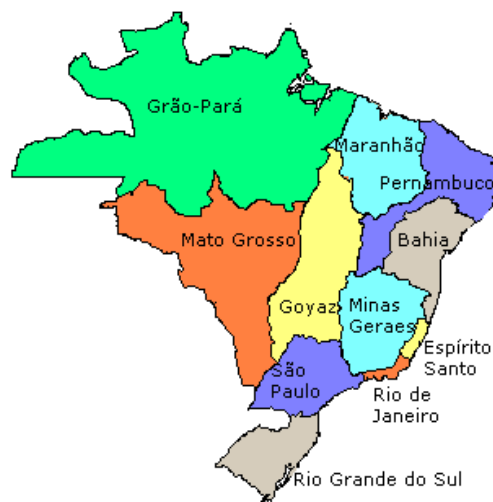
Nesse sentido, o governo português organizou expedições, denominadas Entradas, que partiam do litoral para o interior do Brasil, a fim de mapear a região, fazer frente às rebeliões indígenas e encontrar minas de metais preciosos. Além das expedições oficiais, outros grupos seguiam para o interior do país financiados por particulares, sobretudo paulistas. Essas expedições particulares ficaram conhecidas como Bandeiras e ocorreram com maior intensidade na segunda metade do século XVII.

Entre 1580 a 1640, Portugal e Espanha estiveram unidos politicamente, no que ficou conhecida como União Ibérica, que teve início após a crise de sucessão da Coroa portuguesa em 1580. Conforme Arruda e Piletti (2007), Filipe II, quando aclamado rei de Espanha e Portugal em 1580, manteve a organização administrativa do reino português e de suas possessões.

Nesse período em que as nações ibéricas estiveram sob o comando de um só monarca, o Tratado de Tordesilhas perdeu sua eficácia, o que favoreceu a expansão das fronteiras brasileiras para oeste. Ainda nesse período, outras nações europeias intensificaram suas ações na América, entre elas Holanda, França e Inglaterra. Os holandeses se fixaram no nordeste brasileiro até serem expulsos em 1648. Franceses e ingleses ocuparam territórios ao norte do Brasil.

Na metade do século XVIII, Portugal e Espanha reconheceram ter desrespeitado os limites do Tratado de Tordesilhas e, como forma de pôr fim aos embates territoriais, em 1750 firmaram na capital espanhola o Tratado de Madri que reconfigurava o território brasileiro, com base no princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possidetis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje.

Figura 3 – Mapa Brasil após o Tratado de Madri



Fonte: [www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org) (2018)

A partir desse momento, a maior dificuldade e o maior desafio seria a manutenção do território nacional, em razão da sua extensão continental e da infraestrutura deficiente existente na época.

### 2.1.2 Manutenção da integridade territorial



Koshiba e Pereira (2003) abordam que o século XIX no Brasil foi de intensa instabilidade social, na busca pela afirmação como Estado-Nação recém emancipado. Sob forte influência de ideais iluministas e dos princípios da Revolução Francesa, diversos movimentos separatistas ocorreram no país, tais como a Cabanagem, na província do Grão-Pará, a Sabinada, na Bahia, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, cabendo ao império a dura missão de manter a integridade do território brasileiro.

No campo externo, a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança ocorrida entre 1864 e 1870, que envolveu de um lado Brasil, Argentina e Uruguai em oposição ao Paraguai, além das disputas fronteiriças nas regiões norte e oeste configuraram-se como os principais desafios para a soberania e integridade nacional.

Durante o Período Imperial, o Brasil, a fim de fazer frente aos desafios internos e externos para a manutenção da integridade do território nacional, teve na figura do oficial do Exército Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, apelidado de “O Pacificador” e de “Duque de Ferro”, seu principal representante de negociação e de repressão.

Nesse mesmo sentido, a partir da Proclamação da República em 1889, destaca-se a figura de José Maria da Silva Paranhos júnior, o Barão do Rio Branco, responsável por ganhos territoriais em relação aos acordos com Argentina (oeste de Paraná e Santa Catarina), França (Amapá) e Grã-Bretanha (Ilha da Trindade). Além disso, Paranhos foi responsável pela resolução de importantes questões como a do Acre (adquirido da Bolívia após sua ocupação efetiva por seringueiros brasileiros) e pela condução de tratados com Holanda, Colômbia, Peru, Argentina e Uruguai.

Ao longo dos anos, o mapa do Brasil foi mudando de configuração, aumentando o tamanho do território e expandindo suas fronteiras.

O atual território brasileiro é hoje três vezes maior do que as terras atribuídas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. A ampliação da colônia ocorreu, como vimos, graças à ação sistemática de bandeirantes, missionários, militares e pecuaristas, que ocuparam ao longo do tempo as vastidões pouco exploradas das terras de ambos os lados da linha de Tordesilhas. (ARRUDA e PILETTI, 2007, p. 296)

Figura 4 – Mapa do Brasil atual



Fonte: [www.mundoeducacao.bol.uol.com.br](http://www.mundoeducacao.bol.uol.com.br) (2018)

Definido o território do Estado brasileiro, o desafio passa a ser a ocupação das regiões interiores. Assim, o povoamento efetivo era fundamental para a manutenção da soberania sobre aquela porção do país.

### 2.1.3 Ocupação do oeste

Ao longo do século XIX, a população aumenta 4,8 vezes, passando de cerca de 3,5 milhões de habitantes em 1800 para 17 milhões em 1900. Já no século XX, a população brasileira tem um crescimento ainda mais expressivo, aumentando em 9 vezes, aproximando-se da marca atual que passa de 200 milhões de habitantes. Desde o Brasil colônia, a população esteve concentrada no litoral. A comparação da densidade demográfica entre as regiões sudeste e centro-oeste deixa isso claro, sendo a primeira mais de onze vezes maior que a segunda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma análise dos ciclos econômicos demonstra uma influência direta na ocupação das regiões do país. Do século XVI ao início do século XIX, a exploração do pau-brasil e o cultivo da cana de açúcar e do algodão estavam concentrados no litoral. Com o surgimento da mineração, houve um deslocamento, ainda que limitado, para o interior. A pecuária foi outra atividade econômica que levou à interiorização.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção de café no Brasil manteve a concentração litorânea, apesar do ciclo da borracha ter servido como fator de deslocamento populacional, sobretudo do nordeste para as regiões norte e oeste.

A falta de infraestrutura e o desconhecimento da região serviam como fator de repulsão e estimulavam a não fixação da população no interior do país. Nas primeiras décadas do século XX, o trabalho das comunicações e reafirmação das fronteiras geopolíticas foi confiado ao então militar do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, cujas operações por ele chefiadas catalogaram fauna, flora, recursos hídricos e populações indígenas, entre outros componentes, instituíram comportamentos, geograferam territórios e propagaram o ideário nacionalista. A instalação de sistemas de comunicação e transportes mais eficientes sempre esteve ligada aos debates sobre políticas de desenvolvimento e ocupação populacional. Os estudos científicos e as Linhas Telegráficas, estendidas entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, pelas equipes lideradas por Rondon contribuíram para acelerar outros investimentos em modernização e civilidade, como a fundação de cidades, a sofisticação do transporte fluvial e a exploração de minérios.

De acordo com Koshiba e Pereira (2003), no decorrer do século XX, os governos brasileiros mostraram preocupações geopolíticas e econômicas com as regiões norte e centro-oeste, através de discursos e práticas que enfatizavam a integração nacional. Na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, é lançado o programa “Marcha para o Oeste”, que visava promover a integração econômica e o crescimento populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Para tanto, o governo estipulou como fundamental o desenvolvimento da malha rodoviária do Brasil para facilitar a conexão dessas regiões com o litoral e facilitar o escoamento da produção agrícola.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi lançado o Plano ou Programa de Metas. Conforme Koshiba e Pereira (2003, p. 501) “O Programa de Metas estabelecia 31 metas distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, educação e indústria de base. A construção de Brasília, a nova capital do Brasil, foi apresentada como a síntese de todas as metas.”

Koshiba e Pereira (2003) mencionam, ainda, que durante os governos militares (1964-1985) ocorreram diversas iniciativas de incentivo à ocupação da região oeste, como forma de desenvolver aquela porção do território brasileiro, bem como colaborar com a segurança nacional.

De acordo com Xavier (2006), os projetos de desenvolvimento nacional incentivavam uma política de ocupação das terras visando estimular o assentamento agrário, sobretudo em referência às populações migrantes, oriundas da seca e da pobreza do Nordeste. Da mesma forma, contingentes de famílias do Sudeste e Sul do país também foram atraídas para a região. No final da década de 1960, o estado de Mato Grosso, por exemplo, contava com 63 municípios; entre 1970 e 1975, contabilizava 21 cidades a mais e, em 1976, atingiu um total de 96 municípios.

## 2.2 AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA REGIÃO OESTE ATÉ 1930

### **2.2.1 Primeiros contingentes militares na região oeste**

Em 1748 foi criada a Capitania de Mato Grosso (englobando os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até a separação ocorrida em 1977), desmembrando-a da Capitania de São Paulo, visando consolidar a posse continuada do território por Portugal. De acordo com Cabral (1963), para governá-la foi nomeado Antônio Rolim de Moura Tavares, acompanhado de reduzido efetivo militar da Companhia de Dragões.

Seu substituto, o capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, fundou o Forte Coimbra (1775), no Rio Paraguai; o Forte Príncipe da Beira (1776), no Rio Guaporé; além das povoações de Nossa Senhora de Conceição de Albuquerque (1778), atual cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul; São Pedro Del Rey (1781), hoje cidade de Poconé, no Mato Grosso; a Fazenda Real de Casalvasco (1782), às margens do Rio Barbado.

A decadência da mineração no fim do século XVIII leva a província do Mato Grosso a um período de estagnação. Na primeira metade do século seguinte, de acordo com Barroso (2000), cerca de 600 militares estavam espalhados por todo território da província.

Com o final da Guerra do Paraguai em 1870, maior conflito armado ocorrido na América do Sul, em que o Brasil foi um dos contendores, Da Silva Paula (2008) narra que a Província de Mato Grosso mergulhou num quadro de estagnação de sua economia, envolta com a epidemia da varíola.

Sobre o cenário de reconstrução da província de Mato Grosso no pós guerra, Corrêa (2006) assinala ainda que:

Mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. (...), no instante da reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao clima de guerra e a impunidade na região. (CORRÊA, 2006, p. 49)

Ao fim do conflito e com objetivo de fazer frente a esse cenário, parte das tropas estacionadas ao sul da província são deslocadas para Cuiabá, Corumbá e São Luiz de Cáceres, em meio à desmobilização pelo governo Imperial da Guarda Nacional e dos Corpos de Voluntários, fato esse que, conforme Da Silva Paula (2008), intensifica a presença do Exército Brasileiro na fronteira oeste do Brasil.

Da Silva Paula (2008) cita, ainda, que no começo do século XX, inicia-se uma intensificação das atividades militares na região oeste. O autor refere-se à criação de unidades militares nível Batalhão, como ocorreu em Corumbá, hoje pertencente ao Mato Grosso do Sul, localidade em que se estabeleceu em 1920 o então 17º Batalhão de Caçadores, atual 17º Batalhão de Fronteira.

### **2.2.2 A Comissão Rondon (1900-1930)**

De acordo com Sá (2008), o desafio da unidade do território havia sido superado durante o regime imperial. A partir daquele momento, a expressão ‘integração nacional’ passou a ser o grande lema do governo federal, nos primeiros anos da República. Mato Grosso, Goiás e Amazonas constituíam, nos planos do novo regime, os principais estados a serem ‘integrados’, pois continuavam com largas porções de terras, preteridas por comissões de exploração anteriores. Essas regiões não haviam sido contempladas pelo circuito telegráfico imperial e sequer existiam, à época, caminhos ou ligações terrestres entre esses pontos mais afastados do território e as zonas litorâneas: para atingi-los era preciso realizar longa viagem por vias fluviais, pela foz do rio Prata, contornando o sul do Brasil, pela Argentina, Uruguai e Paraguai, para dali, então, alcançar-se o Mato Grosso.

Conforme relata Maciel (1997), a fim de interligar o Mato Grosso ao restante do país, é constituída a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, nome oficial da Comissão Rondon, em razão de ter sido chefiada pelo engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon de 1900 até sua extinção formal em 1930.

A Comissão Rondon, como narra Sá (2008), era subordinada à pasta da Guerra, que contava em sua estrutura com o Exército Brasileiro, responsável por fornecer seus oficiais do setor de engenharia e construção, com formação em topografia e telegrafia, e dezenas de praças, para os pesados trabalhos de construção de postes telegráficos e derrubada das matas.

Em conferência feita em 1915, Rondon, já tenente-coronel desde 1908, assegurava serem a “exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado elementos convergentes de um só objetivo”.

Os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios caminharam *pari passu* com os trabalhos da construção da linha telegráfica, do traçado das estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado. (RONDON, 1915).

Conclui Sá (2008) que as obras de construção da rede telegráfica brasileira guardam especiais relações com as políticas públicas de integração das diferentes regiões do território, de expansão das áreas de povoamento e de cultivo de lavouras.

Do mesmo modo, Maciel (1997) infere que a Comissão Rondon colaborou com o povoamento da região oeste do Brasil ao permitir a instalação de assentamentos de colonos em lotes, juntamente com Destacamentos Militares voltados para a produção agrícola, fixando a população no solo.

Ao final da Comissão em 1930, a região oeste estava mapeada, com a base do povoamento lançada e integrada ao restante do país por meio do telégrafo.

## 2.3 AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA REGIÃO OESTE A PARTIR DE 1930

### 2.3.1 Recrudescimento da presença militar na região oeste

A partir de 1930, o governo de Getúlio Vargas, de acordo com Da Silva Paula (2008), criou o programa de colonização e ocupação dos vazios demográficos do país, o qual ficou conhecido como “A Marcha para o Oeste”, momento em que o povoamento e a integração do oeste do Brasil vão ocupar a pauta de discussões.

Nesse contexto, Da Silva Paula (2008) nos esclarece que o efetivo militar na fronteira oeste é aumentado e novas Organizações militares são instaladas, como ocorre em 1939 na cidade de Cáceres, no Mato Grosso, quando é criado o 2º Batalhão de Fronteira. Essa Unidade iria, ao longo dos anos seguintes, até a década de 1970, organizar Destacamentos Militares ao longo da linha de fronteira com a Bolívia, os quais seriam determinantes na consolidação dos limites territoriais do país.

Diante disso, Da Silva Paula (2008) nos apresenta a cronologia da criação dos Destacamentos Militares do 2º Batalhão de Fronteira: Destacamento Militar de Corixa e Destacamento Militar de Casalvasco (1940), Destacamento Militar de Fortuna (1941) Destacamento Militar de São Simão (1964), Destacamento Militar de Palmarito e Destacamento Militar de Santa Rita (1975).

Menciona Arruda e Piletti (2007) que com o lema “Integrar para não entregar”, os governos militares, a partir da segunda metade da década de 1960, retomaram a ideia de ocupação dos territórios norte e centro-oeste, de forma que essas regiões deveriam se tornar mais produtivas para o Estado brasileiro, o que iria contribuir com a ideia de nação grande e vigorosa.

A fim de contribuir com esse objetivo, Grandes Comandos Militares são criados na região oeste do Brasil, de modo a coordenar as ações das Organizações Militares já existentes. Assim, de acordo com dados do Exército Brasileiro, em 1978 é criada a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cuiabá, no Mato Grosso, e em 1985 a 18ª Brigada de Fronteira, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

A importância estratégica da fronteira oeste foi aumentando ao longo dos anos 2000 culminando com a publicação, em 2011, do Decreto Presidencial nº 7.496 que instituía o Plano Estratégico de Fronteiras, visando intensificar a atuação das instituições de defesa, como o Exército Brasileiro, em coordenação com os órgãos de segurança pública e fiscalização para, de acordo com Brasil (2011), fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

Cinco anos mais tarde, o Decreto Presidencial nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, revogou o Decreto acima mencionado e instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. O Programa, conforme menciona Brasil (2016), no mesmo sentido do Plano anterior, visa o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços.

### **2.3.2 O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Alinhado com a intenção do Governo Federal de proteger a fronteira do Brasil, o Exército Brasileiro, de acordo com dados do Ministério da Defesa, estabeleceu como um de seus Projetos Estratégicos o SISFRON. Conforme menciona o Escritório de Projetos do Exército Brasileiro:

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. (<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>)

No escopo do projeto, sob coordenação do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro, estabeleceu-se que a iniciativa tem como um dos seus objetivos específicos cooperar com as ações governamentais na promoção das atividades de interesse da segurança nacional, segurança pública, desenvolvimento social e econômico. Os dois últimos aspectos serão cumpridos por meio da geração de emprego e do desenvolvimento da infraestrutura da região.

Ainda de acordo com o Escritório de Projetos do Exército, o SISFRON foi implementado, inicialmente, no Mato Grosso do Sul em 2013 e o Ministério da Defesa assegura que o sistema estará operando no Mato Grosso até 2020, colaborando com a segurança, com o desenvolvimento e com a integração da região.

## **3 MATERIAL E MÉTODO**

Conforme salientou-se na introdução, pretende-se analisar os principais fatos históricos e os acontecimentos atuais ocorridos no Brasil que marcam a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional, destacando o fortalecimento da fronteira oeste do país.

Para este fim, realizou-se uma revisão bibliográfica, buscando-se dados por meio de coleta documental, sobretudo de autores consagrados por obras nacionalmente conhecidas e autores da região, conhecedores *in loco* da história do desenvolvimento da fronteira oeste brasileira.

Num primeiro momento, foram selecionadas duas obras de autores nacionalmente reconhecidos, as quais tratam da história do Brasil, de modo a apresentar o processo de ocupação do território brasileiro desde a chegada dos portugueses até as ações adotadas nos Governos Militares para integrar a região oeste do Brasil às demais regiões do território nacional. Trata-se das obras “História do Brasil: no contexto da história ocidental”, de Luiz Koshiba e Denise Pereira, e “Toda a História: História Geral e História do Brasil”, de José Arruda e Nelson Piletti.

Posteriormente, a fim de se debruçar sobre o aumento da população na região oeste do país, buscando identificar suas principais motivações, as medidas adotadas e as consequências mais relevantes, sobretudo nos aspectos desenvolvimento econômico e integração nacional, buscou-se por autores da região estudada, cujas obras fornecem aspectos relevantes para a análise em questão.

Para identificar a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional, com foco na fronteira oeste do Brasil, buscou-se dados históricos que pudessem comprovar a importância da Força Terrestre para o contexto da região. As fontes selecionadas e mencionadas na referência deste trabalho narram o aumento do efetivo de militares do Exército deslocados para a fronteira oeste ao longo dos anos, com a criação de Organizações Militares e o desencadeamento de projetos e operações militares. Além disso, buscou-se, ainda, fontes atuais a fim de analisar as ações recentes que estão sendo desenvolvidas nessa porção do território nacional.

#### **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

Um aspecto que chama a atenção é o longo período (da chegada do colonizador europeu em 1500 ao início da Era Vargas em 1930) em que a região oeste do Brasil, em especial a região de fronteira, permaneceu distante das prioridades de ocupação populacional, fruto de políticas públicas voltadas tão somente às regiões litorâneas do país, conforme dados do IBGE que indicam a grande disparidade entre a densidade demográfica das regiões sudeste e centro-oeste, sendo a primeira mais de onze vezes maior que a segunda.

Outro aspecto merecedor de uma análise é que somente a partir do início do século XX, os governos passaram a adotar medidas concretas para desenvolver e integrar a região oeste, como os trabalhos da Comissão Rondon, a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e as iniciativas de incentivo à ocupação da região oeste realizadas nos Governos Militares.

Entretanto, a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento e integração da região oeste vem ocorrendo desde o século XVIII, com a chegada dos primeiros contingentes militares. Desde então, as ações da Força Terrestre têm prestado fundamental colaboração para o crescimento e o fortalecimento da fronteira oeste brasileira. A criação de novas Organizações Militares ao longo dos anos seguintes e a chegada do SISFRON vão ao encontro desse pensamento.

Desse modo, com base nos fatos históricos analisados ao longo deste artigo, pode-se realizar a conclusão acerca da participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento econômico e na integração nacional, destacando o fortalecimento da fronteira oeste do país.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste momento, acerca do seguinte problema: como tem sido a participação do Exército Brasileiro, ao longo da história do Brasil, no desenvolvimento econômico e na integração nacional da fronteira oeste do País? infere-se que a Força Terrestre esteve presente desde os primeiros contingentes populacionais que ocuparam a região oeste do Brasil, inicialmente em 1748, com a criação da Capitania de Mato Grosso, quando para governá-la foi nomeado Antônio Rolim de Moura Tavares, acompanhado de reduzido efetivo militar da Companhia de Dragões.

Destaca-se, ainda, a construção, ao longo do século XVIII, de fortificações militares na fronteira com a Bolívia, como o Forte Coimbra (1775), no Rio Paraguai, e o Forte Príncipe da Beira (1776), no Rio Guaporé.

Já no século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, cabe ressaltar que parte do efetivo militar que combateu naquela contenda permaneceu na região, intensificando a presença do Exército Brasileiro na fronteira oeste.

No século seguinte, teve início uma intensificação das atividades militares na região oeste, com a criação de unidades militares nível Batalhão, como ocorreu em Corumbá, hoje pertencente ao Mato Grosso do Sul, localidade em que se estabeleceu, em 1920, o então 17º Batalhão de Caçadores, atual 17º Batalhão de Fronteira. Além disso, inicia-se em 1900 os trabalhos da Comissão Rondon, liderada pelo engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, o qual colaborou com a integração da região oeste ao restante do país por meio da construção da rede telegráfica e com o povoamento da fronteira oeste do Brasil ao permitir a instalação de assentamentos de colonos em lotes, juntamente com Destacamentos Militares voltados para a produção agrícola, fixando a população no solo.

A partir de 1930 há um recrudescimento da presença do Exército Brasileiro na região, em razão das políticas públicas desencadeadas, sobretudo, no governo de Getúlio Vargas e nos Governos Militares.

Nos dias atuais, destaca-se a implantação do SISFRON, com objetivos específicos de cooperar com as ações governamentais na promoção das atividades de interesse da segurança nacional, segurança pública, desenvolvimento social e econômico.

Pode-se afirmar, assim, que os contingentes militares ao se instalarem nas localidades da região oeste do Brasil cooperaram com o desenvolvimento econômico da região, visto que serviram de polo de atração populacional, como ocorreu nas proximidades das fortificações erguidas ao longo da fronteira e com os destacamentos militares da Comissão Rondon e como ocorre até os dias de hoje, com o crescimento dos Pelotões Especiais de Fronteira em razão da implantação do SISFRON.

Do mesmo modo, sobretudo por meio da Comissão Rondon, que contou com o envolvimento de centenas de militares da Força Terrestre, e da implantação do SISFRON nos estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, ocorreu uma melhoria significativa da infraestrutura local, principalmente na área de telecomunicações, o que foi e continua sendo fundamental para a integração nacional.

Por fim, ressalta-se que este artigo requer um maior aprofundamento de modo a identificar outros fatos históricos não abordados neste estudo, de modo a valorizar ainda mais o trabalho realizado pela Instituição Exército Brasileiro, por meio de seus valorosos quadros, que sempre esteve presente na árdua missão de desenvolver e integrar o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, José; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. 40.ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html). Acesso em: 31 maio. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.496, de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm). Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.903, de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm#art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm#art9). Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. **Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro.** Brasília: [S.I.], 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-do-exercito-brasileiro>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. **13ª Brigada de Infantaria Motorizada.** Cuiabá: [S.I.], 2019. Disponível em: [www.13bdainfmtz.eb.mil.br](http://www.13bdainfmtz.eb.mil.br). Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. **18ª Brigada de Fronteira.** Corumbá: [S.I.], 2019. Disponível em: [www.18bdainffron.eb.mil.br](http://www.18bdainffron.eb.mil.br). Acesso em: 17 jul. 2019.

CABRAL, Octaviano. **Histórias de uma região. Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia.** Rio de Janeiro: 1963.

CORRÊA, Valmir Batista. **Corumbá: terras de lutas e de sonhos.** Brasília: 2006.

DA SILVA PAULA. Sandro Miguel. **Soldados de Fronteira: Memórias e narrativas da criação do 2º Batalhão de Fronteira.** Cáceres: ed autor, 2008.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise. **História do Brasil: no contexto da história ocidental.** 8. ed. São Paulo: Atual, 2003.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon.** 1997. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial Sobre Drogas.** [S.I.]. 2019. Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. **Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). História, Ciências, Saúde.** Rio de Janeiro: 2008.

XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira oeste brasileira: entre o contraste e a integração.** 2006. 242 f. Tese (Doutorado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.